

Processo 05641/17

Objeto: Prestação de Contas Anuais

Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão Gestor Responsável: Sr. Marcelo Sales de Mendonça

Ementa: Administração Direta Municipal. **Município de LUCENA.** Prestação de Contas. **Exercício 2016**. ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIAÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93. Julgam-se irregulares as contas de Gestão. Aplica-se multa. Recomendações. Declaração de atendimento parcial às exigências da LRF. Comunicação à RFB, ao MPF e ao MPE.

ACÓRDÃO APL TC 00474/2020

Vistos, relatados e discutidos os autos da *PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS DO MUNICÍPIO DE* **LUCENA**, Sr MARCELO SALES DE MENDONÇA, na qualidade de **Prefeito**, relativa ao exercício financeiro de 2016, **acordam** os Conselheiros integrantes do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão plenária realizada nesta data, por unanimidade, após a emissão de Parecer Contrário à aprovação das contas, em:

- **1. Julgar irregulares** as contas de Gestão do Chefe do Poder Executivo do Município de Lucena Sr. Marcelo Sales de Mendonça, na condição de ordenador de despesas, relativas ao exercício de 2016;
- **2. Declarar** que o mesmo gestor, no exercício de 2016, **atendeu parcialmente** às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- **3. Aplicar multa**, com fulcro no artigo 56, II da LOTCE/PB, por descumprimento a preceitos legais e constitucionais, ao Sr. Marcelo Sales de Mendonça, no valor R\$ 10.804,75 (dez mil, oitocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 205,21 UFR¹, em razão das eivas apontadas, **assinando-lhe** prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da presente decisão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal², a que alude o art. 269 da Constituição do Estado;
- **4. Recomendar** à gestão municipal evitar a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise, sob pena de reflexos negativos em suas prestações de contas futuras, guardando estrita observância quanto à (s):
- 4.1 gestão de pessoal, no sentido de atentar para as normas de contratação de estagiários,

¹Ufr - dez/2020: R\$ 52,65;

²A quitação deverá ser processada através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DAE) com código "4007" - Multas do Tribunal de Contas do Estado.

Processo 05641/17

aplicação do piso salarial profissional nacional para profissionais da educação escolar pública;

- **4.2** normas de contabilidade pública, a fim de se evitar divergências de dados capazes de dificultar a análise por parte dos órgãos de controle e interferir na transparência pública, sob pena de reflexos negativos em suas prestações de contas futuras;
- **4.3** exigências constitucionais para aplicação nas ações de saúde e em MDE, repasse ao legislativo, além de atentar para a realização de despesas com antecedência de licitação nos termos da Lei 8.666/93:
- **5. Comunicar** à Receita Federal do Brasil e ao Ministério Público Estadual, acerca da presente decisão, especialmente, no que se refere a não recolhimento de parcelamentos de dívidas previdenciárias.

Publique-se, registre-se e intime-se. TCE/PB – Tribunal Pleno Virtual João Pessoa. 16 de dezembro de 2020.

Assinado 6 de Janeiro de 2021 às 09:21



Cons. Arnóbio Alves Viana PRESIDENTE

Assinado 5 de Janeiro de 2021 às 09:38



Cons. Fernando Rodrigues Catão RELATOR

Assinado 5 de Janeiro de 2021 às 11:57



Manoel Antonio dos Santos Neto PROCURADOR(A) GERAL